

# Eleição para o comando do Congresso testa força da base parlamentar de Lula

— Lira, com aval do PT, é amplo favorito na Câmara; no Senado, Pacheco enfrenta Marinho, nome do bolsonarismo; novo Legislativo é mais conservador e Centrão aumentou influência

DANIEL WETERMAN  
BRASILIA

O resultado das eleições que definirão o comando do Congresso hoje é decisivo para o Palácio do Planalto montar seu jogo político. Mesmo sem as verbas do orçamento secreto, os presidentes da Câmara e do Senado mantêm força e protagonismo que exigirão trabalho redobrado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para consolidar a base aliada e garantir a governabilidade.

O cenário obrigará Lula a fazer uma negociação no varejo com deputados e senadores a partir desta semana. Arthur Lira (PP-AL) já é dado como reeleito na presidência da Câmara dos Deputados. No Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ainda é o favorito, mas a candidatura de Rogério Marinho (PL-RN) tem crescido.

O novo Congresso tem perfil conservador e protagonismo do Centrão reforçado. O grupo político comandado por PP e PL tem 235 votos na Câmara. Já a esquerda, apenas 124.

**“Nós não mandamos no Congresso, nós dependemos do Congresso, e é por isso que cada ministro precisa ter a paciência e a grandeza de atender bem cada deputado, cada senadora ou cada senador ou cada senadora que o buscar”**

**Luiz Inácio Lula da Silva**  
Presidente, em reunião com ministros no dia 6 de janeiro

Lula conseguiu recuperar parte do poder sobre os recursos federais com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derrubar o orçamento secreto, mecanismo de barganha de apoio criado no governo Jair Bolsonaro. O duto de verbas revelado pelo Estadao praticamente terceirizava a função do Executivo no planejamento da distribuição dos recursos de investimentos.

A correlação de forças no Congresso, entretanto, perma-

nece a mesma dos últimos quatro anos, com Lira à frente de uma rede robusta de aliados. Agora, o Planalto aposta em uma negociação com os congressistas um a um para evitar uma tutela do maior líder do Centrão, o bloco informal dos partidos fisiológicos.

O governo Lula não terá apoio irrestrito dos partidos que não estiveram com o PT na eleição do ano passado. O direcionamento de recursos para as bases eleitorais e a ocupação de cargos na administração pública federal são os dois maiores instrumentos de negociação política para a formação da coalizão (mais informações na pág. A8).

**CONTROLE.** As emendas parlamentares seguem capturando boa parte do caixa da União. Os números do Orçamento explicam esse cenário. Tanto o governo como o Legislativo têm mais dinheiro nas mãos, mas desta vez o poder está mais equilibrado.

Com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, aprovada antes da posse de Lula, o governo federal terá R\$ 71 bilhões para investir em obras públicas e programas estratégicos neste ano. Desse total, 29% estão nas mãos dos congressistas, responsáveis por indicar o destino final do dinheiro. Até o ano passado, o governo tinha um valor menor, de aproximadamente R\$ 40 bilhões, com o Congresso dominando 40% do total.

Os parlamentares eleitos nas urnas são responsáveis por votar leis que afetam diretamente a vida dos brasileiros — para o bem e para o mal.

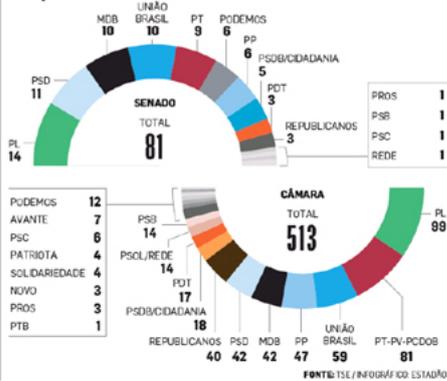
Em 2010, por exemplo, o Congresso aprovou uma lei que determinava o fim dos lixões em quatro anos. O objetivo era acabar com a destinação inadequada dos resíduos sólidos, situação que afeta diretamente o ambiente e a saúde da população. O município que não cumpriu o prazo e deixasse de dar um destino correto para o lixo ficaria sem recursos federais.

O prazo foi sendo adiado e, no ano de 2010, os parlamentares aprovaram o projeto adiado o fim dos lixões para 2024 em municípios com população inferior a 50 mil habitantes, o que representa 80% das

## COMPOSIÇÃO

As bancadas do Congresso após a eleição do ano passado

### Por partido



idades brasileiras.

**HOMENS BRANCOS.** O perfil dos deputados e senadores que votarão cada lei e cada mudança na Constituição a partir desta semana não foge à regra das últimas legislaturas. Enquanto a maioria da população é formada por mulheres, negros e a renda média é próxima a um salário mínimo, na Câmara 83% dos deputados são homens, 72% são brancos e um terço (33%) tem um patrimônio acima de R\$ 1,7 milhão.

A taxa de reeleição foi de 56,5%, ou seja, a maioria dos congressistas ocupou o mandato na última legislatura, durante o governo Bolsonaro. Além disso, as trocas de cadeiras escondem uma renovação efetiva de apenas 8%. Tirando 39 deputados e um senador que assumiram o mandato nesta semana, todo o restante é político, já ocupou cargo eletivo, cargo de primeiro escalão ou é herdeiro de clãs políticos.

Na primeira reunião que teve com ministros do governo, no dia 6 de janeiro, Lula já deu o tom para o primeiro escalão sobre a relação com o Legislativo. “Nós não mandamos no Congresso, nós dependemos do Congresso, e é por isso que cada ministro precisa ter a paciência e a grandeza de atender bem cada deputado, cada

deputada, cada senador ou cada senadora que o buscar”, afirmou o presidente.

Dos 37 ministros de Lula, 14 são deputados ou senadores. Um deles, o deputado Alexandre Padilha (PT-SP), foi escolhido para a Secretaria de Relações Institucionais, e será responsável por fazer o diálogo direto com os congressistas. Outro ministério-chave nesse processo é a Casa Civil, comandada pelo ex-governador da Bahia Rui Costa (PT), que faz o pente-fino em todos os cargos federais e avalia as indicações políticas para esses postos.

**FORÇAS POLÍTICAS.** De perfil mais conservador, o novo Congresso é formado por sete grandes forças que controlam a pauta e influenciam diretamente a relação de deputados e senadores com o governo, incluindo governistas e a oposição. Despontam o presidente da Câmara, Arthur Lira, que deve ser reeleito para mais dois anos no comando da Casa, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que se aproximou da base de Lula para também ser reconduzido.

Lideram a oposição o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que controla as bancadas do partido nas duas Casas e tenta eleger o senador Rogério Marinho como presidente

do Congresso, e o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), que volta ao Senado após chefiar a Casa Civil do governo Jair Bolsonaro.

Juntas as siglas do Centrão conseguiram eleger 235 deputados. Na disputa para o Senado, dos 27 novos integrantes, 13 se alinham com posições da gestão que deixou o Planalto. Bolsonaro conseguiu eleger nomes como seu vice, Hamilton Mourão (PRTB-RS), e a ex-ministra Damares Alves. Entre os novos senadores está também o ex-juiz Sérgio Moro (União Brasil-PR).

Na base de apoio, está a bancada do PT, outra força do Congresso e vinculada diretamente à figura do presidente da República. Completam a lista o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) e o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O União Brasil — o terceiro maior partido do Legislativo — e o PT hoje são os aliados mais fortes de Lira e Pacheco, respectivamente, coordenando suas bancadas e interferindo na escolha de cargos federais em troca de votos. O União Brasil é um pêndulo na atual composição de forças do Congresso.

**DISPUTA.** No day after da eleição dos presidentes e dos integrantes das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, as principais forças começarão uma disputa feroz pelo controle das comissões do Congresso.

Os colegiados mais disputados são a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a CCJ do Senado e a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso.

As duas primeiras são responsáveis por chancelar as principais propostas de lei antes do plenário em cada uma das Casas. A CMO, por sua vez, formada por deputados e senadores, é por onde passam o Orçamento da União proposto pelo governo e as emendas parlamentares.

As comissões de Direitos Humanos e Relações Exteriores, tanto da Câmara como do Senado, também entram na lista de prioridades, ao serem ocupadas por congressistas que militam nessas áreas e buscam ter protagonismo ao comandar esses colegiados. ●

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 6